

Conflito social e risco ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara

Henri Acselrad* e Cecília C. do A. Mello**

A partir de 1997, uma série de acidentes industriais ampliados foi observada no curso das atividades da Petrobrás, grande empresa estatal brasileira do setor petróleo. De vazamentos de óleo a explosões em plataformas marítimas, esses episódios foram vistos, ao mesmo tempo, como acidentes de trabalho e catástrofes ambientais, suscitando simultaneamente debates sobre segurança industrial e política de terceirização/privatização, sobre movimentos grevistas e gestão de riscos associados a grandes empreendimentos industriais. A complexidade desse entrelaçamento entre processos sociais e ecológicos, materiais e simbólicos, evidenciada por essa série de eventos, será aqui analisada em polêmica com a crescentemente difundida teoria da sociedade de risco, de Ulrich Beck, tendo como ponto de partida o estudo de caso do vazamento de óleo da Refinaria Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, ocorrido em janeiro de 2000.

A Sociedade de Risco de Ulrich Beck

O “risco ecológico”, para o sociólogo alemão Ulrich Beck, resulta da potência disruptiva – “revolucionária” - da tecnologia, como culminância de um processo de dominação técnico-científica da racionalidade instrumental. A potência destrutiva das técnicas avançadas da química, do nuclear e da engenharia genética se caracterizaria por seu caráter espaço-temporal ilimitado/indeterminado.

* Professor do IPPUR/UFRJ e pesquisador do CNPq.

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ.

Beck apresenta-nos, assim, uma teoria “cognitivista” do risco -a sociedade é destrutível por suas tecnologias e confronta-se reflexivamente com as conseqüências indesejáveis de sua própria dinâmica reprodutiva. O risco técnico contemporâneo chega, de acordo com o autor, a redefinir o próprio social, o que permite a Beck configurar sua teoria da sociedade de risco, segundo a qual o risco é o princípio axial de organização do social, e o conhecimento é o princípio axial do risco.

Duas grandes implicações analíticas decorrem da Teoria da Sociedade de Risco de Beck (1992; 1994; 1995):

O destino da sociedade coloca-se nas mãos dos “experts” técnico-científicos. A Ciência e a Tecnologia não apresentam as soluções para a crise ambiental, mas constituem a instância de poder sobre a informação e sobre a avaliação do risco, configurando uma “irresponsabilidade organizada” que reproduz o poder dos técnicos.

A crise ecológica decorre de uma inadequação institucional, pois haveria uma diferença entre o risco na sociedade industrial (que pode ser previsto e assumido pelo seguro) e a ameaça da sociedade “pós-industrial” de risco (que não pode ser controlado e assumido pelo seguro). As ameaças das novas tecnologias teriam rompido os quatro pilares do seguro privado, que calculavam o incalculável – a compensação, a antecipação das conseqüências, a limitação temporal e espacial e a causalidade estrita com individualização de responsabilidades. A sociedade de risco surgiria no momento em que os riscos se desconectam desses fundamentos do seguro e da “calculabilidade”, segundo Beck, típicos das sociedades industriais do século XIX.

Nesta perspectiva, portanto, a crise ecológica contemporânea é permanente, decorrendo do fracasso das instituições responsáveis pelo controle e pela segurança, que sancionam, por outro lado, a normalização legal de riscos incontroláveis. Nessas sociedades, a proteção declinaria com o crescimento do perigo. A sociedade de risco, seria, pois, uma derivação da sociedade fordista sob a ação ecologista. A denúncia dos atores do ecologismo organizado apontaria a “irresponsabilidade organizada” e a “confusão paradigmática” de uma sociedade que enfrenta os riscos do século XXI com os conceitos típicos do que Beck chama de “risco proto-industrial”.

Algumas críticas têm sido já dirigidas a aspectos centrais da teoria de Beck. Blowers (1997) sustenta que Beck vê a sociedade ocidental como homogênea, ignorando que os impactos ambientais são socialmente diferenciados, afetando principalmente os mais pobres. López e Alhama (1998) afirmam que, se há conhecimento dos riscos, não há, então, descontrole do complexo técnico, mas intenção política. Tratar-se-ia, assim, de um descontrole voluntário, e não de risco. E se esse “risco” decorre da desinformação planejada, isso implica sua

distribuição de forma desigual e mais particularmente aos pobres. Para Hajer (1995), a “modernização reflexiva” caracterizada por Beck restringe-se, equivocadamente, à ação dos homens sobre o mundo, negligenciando-a naquilo que ela se aplica às próprias categorias de percepção da realidade. Wynne (1996) critica em Beck a consideração excessivamente realista da geração de uma nova consciência cultural decorrente de riscos reais universais que introduziriam o ceticismo público e a auto-refutação na modernidade e em suas instituições.

Assim como os autores ora citados, e particularmente na linha de interrogação levantada por Wynne, tentaremos avançar, a seguir, apontando um certo número de problemas da concepção de risco adotada por Beck e das implicações que daí decorrem para a sua teoria.

O papel do conhecimento e da reflexividade cognitiva na enunciação e superação da crise ecológica

A crise ecológica de Beck descreve o risco de ruptura direta das condições da existência material da sociedade, ou seja, da destruição objetiva da base material desta sociedade. A crise de Beck resulta, portanto, da potência destrutiva material da técnica - destruição técnica da matéria, e não crise de reprodução das relações sociais. Trata-se, conseqüentemente, de uma visão fetichizada da crise social, uma vez que a técnica concentraria o poder de produção e resolução da crise. Os atores sociais, por sua vez, seriam coadjuvantes de um processo caracterizado pela possibilidade de destruição material da sociedade.

A reflexividade cognitiva exprime, segundo esse autor, a idéia de que o poder crescente da tecnologia é acompanhado pela capacidade crescente dos indivíduos refletirem autonomamente nas conseqüências da tecnologia. A informação, para Beck, é dada, portanto, a conhecer; não é construída socialmente. Os “fatos na mídia” desencadeiam a reflexividade, e os cidadãos percebem que os responsáveis políticos normalizam legalmente as ameaças (Beck, 1992:115).

Os fatos expostos na mídia, diz o autor, provocam consensos que encobrem as diferentes estratégias de transferência de responsabilidades e de desvio da atenção sobre os riscos que estão em evidência. Para Beck, portanto, da técnica resulta objetivamente o risco, e do risco técnico constitui-se a sociedade. O risco é percebido e não construído como tal -como risco.

Surge aqui uma primeira ambigüidade nos propósitos de Beck: ele pretende evitar a percepção naturalista da ameaça - aquela que desconhece ser a ameaça configurada socialmente-, mas reduz o problema ambiental ao resultado do ato de se observar ou não -conhecer ou desconhecer- algo que existe e de escolher entre os fatos existentes; o fato risco é dado, faltando apenas ser percebido.

Para Beck, os fatos falam por si, e os sujeitos ouvem por si. O dizer o fato técnico é um reflexo unívoco do fato técnico. Ou seja, a especificidade dos fatos técnicos nucleares-genéticos-químicos teria acabado com a ilusão de transparência empirista e tornado-a efetiva. Não há transparência que possa ser obscurecida quando os fatos são dessa ordem. O fato técnico torna-se mesmo crítico e “revolucionário”, assumindo para si a causalidade dos processos sociais, dada a cadeia explicativa “fato técnico-informação-reação social”.

Na sociedade de risco, ocorre uma autonomização política da tecnologia e transformações “revolucionárias” emergem da técnica

Na sociedade de risco, o lado negativo do progresso domina o debate público, e a auto-ameaça tecnológica torna-se a força motora da História. Os perigos em grande escala poderiam ser, segundo Beck, interpretados como um tipo de revolução. O poder social da ameaça constituiria um tipo de revolução autonomizada e latente. Para o autor, o mais influente oponente da indústria perigosa seria a própria indústria perigosa. O adversário da indústria perigosa seria a liberação de substâncias perigosas e suas conseqüências na mídia e na maior sensibilidade ecológica.

A reflexividade política da sociedade de risco teria substituído o sujeito revolucionário na medida em que os cidadãos percebem que os guardiães da ordem legalizam as ameaças. A população, informada dos riscos pelos fatos narrados pela imprensa, irritaria as instituições e as faria se moverem. A eficácia dessa reflexividade repousaria na crença na soberania dos sentidos -os olhos tornam-se instituições de pesquisa, e os ouvidos, autoridades de saúde, afirma Beck. Para ele, portanto, na Sociedade de Risco, a plena politização da tecnologia faria dos cientistas e técnicos sujeitos diretos do poder. Para ele, o poder da tecnologia ultrapassaria o poder das decisões políticas, pelo comando da prática. A tecnologia seria a política do fato realizado, e o monopólio da tecnologia se tornaria o monopólio da mudança social (Beck, 1992:109).

O poder dos cientistas/técnicos seria exercido pelo silêncio quanto à potência disruptiva das técnicas e pela “normalização legal das ameaças globais”. A tecnologia se tornaria um sujeito revolucionário, pelo efeito que desencadeia – a reflexividade política. Chernobyl, diz Beck, teria feito o papel da crítica de modo mais convincente que os contramovimentos políticos. O risco ativaria a “reflexividade política”. O “acidente” ocupa, portanto, o lugar da crítica do poder técnico. A “crítica do nuclear”, por exemplo, aparece sem que se pague nos grandes jornais, pois “a leitura dos jornais” -afirma Beck- “torna-se um exercício de crítica à tecnologia”(Beck, 1992:116).

Vemos aqui um certo número de assertivas resultantes de uma reificação das técnicas: a destruição material é vista como “revolução”, e o poder destrutivo material, como força revolucionária (Beck, 1995:8). No entanto, as conseqüências ampliadas da capacidade destrutiva das técnicas não as tornam necessariamente políticas em si. Político seria o uso do poder tecnológico para impor os rumos e projetos à sociedade, pois há uma relação de subordinação do poder técnico sobre as coisas ao poder político sobre a sociedade. Existe um “centro”, como dizem Mary Douglas e Aaron Wildarsky” (1982), que faz o possível para esterilizar o surgimento de qualquer eventual subcentro dotado de informação suficiente para contestar as opções técnicas estratégicas para a acumulação. A esta supervalorização dos “experts” técnico-científicos como constitutivos de um hipotético novo “centro” de poder, soma-se a discutível pretensão beckiana a caracterizar um novo tipo de sociedade -de risco- a partir de algo que lhe falta – uma institucionalidade apropriada de controle e segurança, e não pelo modo como ela se produz e reproduz.

Conflito ecológico na sociedade de risco

Para Beck, na sociedade de risco, o conflito é por distribuição de males, e não mais de bens como na sociedade do século XIX, pois há quem ganhe e quem perca com os riscos. Como o conflito ecológico tem base cognitiva, os que são favoráveis às tecnologias perigosas “se auto-expropriam dos sentidos” e os que são contrários a elas denunciam as ameaças incontroláveis.

O conflito na sociedade de risco oporia, portanto, capital a capital e trabalho a trabalho em torno à distribuição de perdas. Ao contrário da sociedade industrial, caracterizada pelo conflito entre capital e trabalho em torno à distribuição da riqueza, na sociedade de risco os trabalhadores não são mais apenas fonte de riqueza, mas também fonte de destruição e perigo (Beck, 1994).

Aqui, caberia observar que é a inserção no espaço objetivo das técnicas/setores produtivos que classifica o social. Segundo Beck, os processos técnicos soldam as solidariedades sociais. O perigo é um fato objetivo, e a estrutura técnica da produção desses perigos determina a estrutura de classes, configurando uma espécie de estruturalismo das técnicas.

Beck substitui, conseqüentemente, a luta de classes pela externalidade. Torna-se para ele central, nesse novo tipo de sociedade, o fenômeno dos impactos extramercantis da produção capitalista.

Caracteriza-se, assim, uma desconexão entre a teoria cognitivista do risco, de Beck, e sua abordagem das condições de “ressonância sociocultural” (Beck, 1994: 123), por meio das quais os cidadãos curariam a sua cegueira, de modo a conseguir substituir a democracia truncada da sociedade de risco por uma

democracia ecológica. A reificação das tecnologias, o estruturalismo das técnicas e a desconsideração da luta simbólica em que se inscreve a construção do social de riscos inabilita-o a entender e explorar as possibilidades de democratização das decisões tecnológicas.

Veremos, a seguir, a partir do estudo de caso do vazamento de óleo na Baía da Guanabara, ocorrido em janeiro de 2000, de que modo as possibilidades de tal democratização dependem não apenas da quebra do monopólio da produção de informação, mas também dos meios de difusão das interpretações do risco. Para tanto, o estudo constou de análise documental e de entrevistas com atores relevantes, de forma a reconstituir o histórico do acidente em 16 cenas, traçando o desenvolvimento da percepção e da articulação lógica entre a natureza da atividade produtiva e as condições ambientais tidas por indesejáveis verificadas ao redor da Refinaria Duque de Caxias (REDUC) da PETROBRÁS, no Rio de Janeiro.

Um histórico em 16 cenas

Cena 1: Projeto e implantação da refinaria – a desconsideração do risco

O projeto original da REDUC foi elaborado no início da década de 50. A partida da refinaria ocorreu em setembro de 1961. Nessa época, as técnicas de análise de confiabilidade e de risco não se encontravam desenvolvidas para aplicação em projetos desse tipo. Toda a concepção básica do projeto da refinaria foi desenvolvida, portanto, sem os estudos básicos necessários ao planejamento do controle/mitigação de acidentes.

Foi-se criando, assim, um grande passivo acumulado, pois às ampliações nas refinarias não correspondeu nenhuma adaptação da segurança industrial. O conhecimento técnico da engenharia industrial associa fortemente a idéia de risco aos episódios de ampliação da capacidade produtiva das refinarias e modificações de projeto (Souza Jr, 1996: 80). Há, nesses casos, dois novos tipos de riscos: os inerentes à nova unidade e aqueles provenientes da interação da unidade antiga com a nova. As modificações, portanto, estão também relacionadas com a qualificação da mão-de-obra, à medida que esta passa a lidar com novas rotinas e diferentes características dos acidentes potenciais.

O Manual da REDUC de 1990 lista 60 mudanças ocorridas em unidades da refinaria no sentido do aumento da “capacidade efetiva de processamento”, entre os anos de 1961 e 1987, sem a correspondente adaptação dos sistemas de prevenção de acidentes industriais. Os primeiros casos conhecidos de análise de risco relacionados à ampliação da capacidade das refinarias brasileiras datam de 1985. A explosão de uma esfera de GLP em 1972 provocara já incêndio, pânico e lançamento de fragmentos até o centro de Caxias. Foram anunciadas 42 mortes, mas houve menção a desaparecimentos, com difícil possibilidade de apuração

devido à vigência do regime militar e à definição da refinaria então como área de segurança nacional.

Cena 2: Assinatura do Termo de Compromisso entre a Petrobrás e o Governo do Estado, com 27 itens de controle ambiental - junho de 1987

O termo de compromisso assinado em 1987 exprime bem a consciência que a própria empresa desenvolveu sobre o risco de suas atividades: foram listados 27 itens a serem submetidos ao controle ambiental, como “redução dos gases nas tochas”, “redução de óxidos de enxofre”, “tratamento biológico de efluentes”, “redução da carga de óleo”, dentre muitos outros, estimados em mais de 85 milhões de dólares, mas o órgão de controle ambiental não fiscalizou de forma efetiva se esses investimentos contribuíram para reverter o quadro de risco assumido pela empresa. Não houve um balanço periódico entre empresa, sociedade e órgão de controle ambiental, do que foi efetivamente realizado, do que foi sendo gasto ou dos impactos e melhorias resultantes para o meio ambiente. Não se avaliou tampouco o pólo como um conjunto de indústrias que deveriam ser fiscalizadas em sua interferência conjugada no meio (Bredariol, s.d.: 20).

Cena 3: Queima de gás sulfídrico na tocha da Petroflex – 1987-1988

Entre 1987 e 88, durante cerca de 16 meses, enquanto era construída a unidade de reaproveitamento da REDUC, a unidade da Petroflex ficou paralisada e ficou queimando H₂S (ácido sulfídrico) na tocha por 16 meses. Houve grande impacto ambiental e notícia de precipitação de chuva ácida na serra (Entrevista com sindicalista da Comissão de saúde da CUT-RJ realizada em 4/11/99). Essa experiência propiciou importante aprendizado dos trabalhadores quanto aos impactos ambientais da refinaria.

“O grande risco em termos de efluentes gasosos” – afirma um sindicalista – “é quando ocorrem acidentes de porte: grandes vazamentos de amônia ou de outros gases. (...) Os efluentes líquidos geram uma poluição crônica na região. Já os gasosos, geram mais problemas: quando, por algum problema, essa unidade de reaproveitamento de H₂S pára, toda a carga de H₂S é queimada na tocha e essa queima não é perfeita”.

Cena 4: O contexto internacional (as instruções PNUMA) e a implantação do Projeto APELL na REDUC. Articulação com entidades locais e instituições públicas –1991

O período de meados da década de 80 foi marcado, no contexto internacional, por um aumento do número de acidentes industriais e do número de vítimas, como é o caso do acidente de Bhopal, na Índia. A superintendência da REDUC à

época decidiu, seguindo orientação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), aplicar uma série de diretrizes e procedimentos de resposta a emergências, organizados sob uma metodologia intitulada Projeto APELL (*Awareness and Preparedness for Emergencies at Local Level*, ou seja, Cuidados e Preparação para Emergências no Nível Local).

As técnicas de planejamento de emergências do APELL enfatizam a questão da relação com a comunidade, isto é, considera-se que o risco não está restrito à unidade produtiva, mas engloba as comunidades circunvizinhas, o que requer um tipo de coordenação das ações de emergências que articule os níveis local e geral.

O modelo do APELL parte do princípio de que é preciso construir uma relação com a comunidade de forma que a empresa ganhe credibilidade junto à população local e possa contar com seu apoio para mitigar as conseqüências de possíveis acidentes. A relação com os órgãos públicos é apontada como necessária, e a empresa pode ter um papel importante no suprimento das carências das instituições públicas.

Segundo os sindicatos, a empresa criou estratégias para lidar com o risco que não envolvem o seu enfrentamento direto: são comuns as práticas de cooptação, mascaramento dos problemas e “marketing” ambiental, combinadas entre si. A empresa, por um lado, faz queimas e lança resíduos tóxicos clandestinamente em lixões e, por outro, busca aproximar-se da população circunvizinha, oferecendo recursos às entidades locais e gerando um quadro de desmobilização daquelas pessoas que são as primeiras a serem atingidas pelas práticas poluidoras. Diz um sindicalista entrevistado:

“As empresas normalmente sonégam os fatos fazendo as queimas à noite ou nos finais de semana. Quando chega na segunda-feira não se tem praticamente resíduos ou rejeitos a serem pesquisados e fiscalizados. Sabendo que inexistente fiscalização nesses horários, eles aproveitam para realizar esses descartes.(...) Toneladas de substâncias orgânicas são jogadas nos manguezais. Eles colocam uma camada de terra sobre esse lixão para esconder e enterram as substâncias deterioradas dentro desse manguezal, principalmente em tambores. Muitos efluentes sólidos vão para o lixão de Gramacho camuflados junto com papel. Aparentemente são resíduos inofensivos, mas lá embaixo há resíduos industriais. (...) Além disso, existe uma relação de cooptação das empresas com boa parte da população da região. A REDUC mantém uma escolinha ali num determinado setor, mantém um pequeno jardim chamado “Jardim Botânico”, dá benefícios materiais às associações de moradores. Então, as pessoas só se mobilizam quando há acidentes de grandes proporções” (Entrevista com sindicalista da Comissão de Saúde da CUT-RJ realizada em 4/11/99).

Cena 5: Convênio com a COPPE/UFRJ para auxílio técnico para análise e prevenção de riscos e para atuação em caso de acidentes - 1992

Foram mapeados 14 pontos da área vizinha que poderiam ser atingidos em caso de ocorrer algum acidente dentro da refinaria, tendo em vista não apenas o risco de um impacto direto sobre a população desses pontos, mas também o risco do impacto indireto, isto é, o pânico e o impacto emocional, que podem produzir situações de risco concreto. Deste modo, a empresa reconhecia formalmente os riscos potenciais que a sua atividade produtiva pode representar para a população do entorno.

Os sindicatos, por sua vez, entendem o Projeto APELL como um processo de cooptação das populações vizinhas, fundamentado em uma estratégia de “marketing” ambiental. Essa prática não estaria restrita às populações circunvizinhas da empresa, mas englobaria setores da universidade dispostos a “serem contratados para fazer o que a empresa quer”.

“A Universidade é contratada pela Petrobrás para fazer o que ela pede. O Projeto APELL é o seguinte: a direção da REDUC é vinculada à direção da Petrobrás, que é vinculada ao Ministro das Minas e Energia, que é vinculado ao Presidente da República. A política do governo federal é uma política de “marketing”. O governo Fernando Henrique veio com “marketing” político para as comunidades. Fomos nas associações de moradores falar com o pessoal que eles estavam sendo usados para dar legitimidade aos erros da refinaria. Mas não atentaram para esse detalhe. O Projeto APELL é um projeto de “marketing”. Vemos como agora, com esse acidente [o derramamento de Petróleo de janeiro de 2000], ninguém apareceu pois não havia nada de concreto. Não havia bóias – será que eles não sabiam que tinha que ter bóias na REDUC? E como é que ficaria se o óleo da baía de Guanabara fosse por um dos canais de resfriamento, incendiasse aquilo ali e explodisse as tubulações que vão para as distribuidoras?” (Entrevista com liderança sindical realizada em 22/2/00).

Cena 6: Formação do GERA em 1993

Sendo a idéia central do Projeto APELL alertar e preparar as comunidades para o caso de uma emergência, buscou-se estabelecer um contato maior com os representantes desses grupos, ou seja, as associações de moradores da área. Quando o APELL começou a ser posto em prática, os laços da direção da refinaria com as lideranças locais se estreitaram, e estas ficaram responsáveis por distribuir cartilhas, organizar os cursos de primeiros-socorros, fazer reuniões com a população e levantamentos a seu respeito. Nesse momento nasceu o Grupo de Estudo, Educação e Recuperação Ambiental (GERA), formado por pessoas ligadas às associações de moradores de Caxias.

Foi papel do GERAservir de elo entre a empresa e a comunidade, produzindo um novo campo de interlocução, que o sindicato não foi capaz de criar ou não teve interesse em fazê-lo, devido à relação de desconfiança mútua entre sindicato e empresa. No entanto, as informações sobre os problemas internos do processo produtivo da empresa que poderiam ter conseqüências externas eram fornecidas ao GERA pelo sindicato. Nas palavras de um diretor dessa organização não-governamental:

“Ficávamos sabendo dos problemas da refinaria pelo Sindicato dos Petroleiros. Sindicato é corporativista, ele tem que ser, nasceu para isso, com essa função. Somos mais amplos, ambientalistas; pensamos em todo contexto. São coisas diferentes. Temos um diálogo muito mais fácil com a refinaria. Eles vêm menos armados conversar com a gente do que com o sindicato, que é uma coisa mais truculenta mesmo. Às vezes, o sindicato não gosta disso, querendo que fiquemos do lado deles. Mas são formas diferentes de ver o mesmo problema” (Entrevista com diretor do GERA realizada em 9/12/99).

Cena 7: A gradativa desarticulação do Projeto APELL, a reestruturação da refinaria, a troca de superintendente e a saída da COPPE do projeto – 1994

“Em 1994 veio o Brandão. Depois da saída do grupo do Superintendente Luiz César, entrou uma nova visão de empresa, que veio derrubando tudo” -contam os sindicalistas (Entrevista com sindicalista do Sindipetro de Caxias realizada em 22/2/00). Os anos de 1993 e 1994 foram marcados pela gradativa desarticulação do projeto. Ao processo de reestruturação da refinaria e troca de superintendente, somou-se o descaso das demais empresas do pólo, bem como do poder público municipal e estadual. O discurso empresarial também se modificou: “a dívida social deve ser cobrada dos governos, que recebem os impostos pagos”, alegavam seus representantes. “As reuniões escassearam. O sistema de aviso às comunidades – em todas as suas versões discutidas – transformou-se em sonho, fruto do imaginário coletivo”.

Cena 8: Maio de 1995 – a greve dos petroleiros

A greve de maio de 1995 foi um movimento que desencadeou a mobilização do sindicato em torno da defesa do patrimônio público nacional. Como desdobramento dos embates nela ocorridos, o sindicato acusou a direção da REDUC de desenvolver práticas administrativas irregulares. Quanto a isso, preparou dossiês, que, em um primeiro momento, funcionaram como instrumento de barganha com a direção. Tendo, porém, esse tipo de negociação se mostrado

ineficaz, esse dossiê acabou se tornando, mais tarde, a base para uma série de denúncias do sindicato aos Ministérios Públicos Estadual e Federal:

O governo federal acusou os trabalhadores de estar destruindo o patrimônio público. Desde então, o Sindipetro Caxias tomou a decisão de fazer um inventário da administração da Petrobrás e mostrar para a opinião pública que era a direção da empresa quem o destruíra, e não ele.

“Para desdenhar a iniciativa do Sindipetro, a direção da Petrobrás indicou para a comissão quem iria apurar as irregularidades, justamente as pessoas que estavam sendo acusadas de irregularidade administrativa, incluindo o coordenador da comissão. A apuração não resultou em nada” (Entrevista com sindicalista do Sindipetro de Caxias realizada em 22/2/00). A greve nacional foi sustentada por 32 dias, e o sindicato recebeu uma multa recorde.

Cena 9: Intensificação do processo de terceirização e privatização - 1995

Os sindicatos apontam o processo de privatização como responsável por uma deterioração das condições de trabalho e de manutenção dos equipamentos, engendrando um quadro agravado de risco de acidentes. Na Petroflex, empresa do sistema Petrobrás que foi privatizada, isso se refletiu em um aumento do número de acidentes de trabalho, registrando-se inclusive óbitos, principalmente entre trabalhadores de empreiteiras terceirizadas.

A terceirização gera um quadro de risco para os trabalhadores de empreiteiras, que assumem justamente as tarefas com mais possibilidade de causar acidentes ou problemas de saúde: “A maioria dos trabalhadores terceirizados são utilizados em atividades de apoio em empresas empreiteiras. Boa parte desses trabalhadores está submetida à atividade de maior risco para saúde: manutenção, limpeza dos equipamentos de produção, lidam com os rejeitos industriais, limpando e manuseando produtos tóxicos” (Entrevista com sindicalista da Comissão de Saúde da CUT-RJ realizada em 4/11/99).

O problema da obsolescência dos equipamentos e da falta de manutenção adequada estaria relacionado, segundo os atores sindicais, à prática de irregularidades pela direção da refinaria, que não teria administrado corretamente os recursos a serem investidos na modernização e manutenção da empresa

Cena 10: Retomada do Projeto Apell - final de 1995 até meados de 1997

“De 1996 até meados de 1997, o trabalho se concentrou na massificação das informações, do tipo ‘colocando o APELL na rua’ (GERA, s.d.). A relação com a comunidade parte de dois tipos de ações: regular e

emergencial. A ação emergencial traduz-se no plano de emergência, composto por um sistema de aviso externo (emissão de sinais sonoros para difundir avisos de emergência de forma rápida e abrangente), em instruções em material gráfico, sinalização de ruas (para rotas de fuga e localização dos abrigos) e apoio da mídia (para comunicação para o público durante as emergências)”.

A relação regular com a comunidade opera, em linhas gerais, por meio de “campanhas de esclarecimento, treinamento de voluntários e transferências de benefícios diretos” (Souza Jr., 1996: 128). A justificativa básica para se manter essa “relação de proximidade” reside na idéia de que o distanciamento pode provocar “um acúmulo de distorções nas percepções do risco” e, portanto, “um sentimento constante de insegurança” (Souza Jr., 1996: 141). Assim, ao promover a integração da empresa com a comunidade, busca-se “equilibrar a percepção do risco” e dar mais credibilidade às instruções e informações contidas no plano de emergência. “A manutenção de um relacionamento regular entre estas partes constitui um elemento que traz contribuições à eficiência do sistema de resposta para emergências” (Souza Jr., 1996: 142).

Em vez de informar os moradores do entorno e os envolver no controle dos riscos, prefere-se simular acidentes e condicionar seus comportamentos para minimizar os danos. Em vez de se apoiar a organização e fortalecer as populações locais, a estratégia escolhida tende, ao contrário, a repartir com a população a culpa pelos efeitos dos desastres.

Cena 11: Acidente em março de 1997 na linha PE-2: 2 mil toneladas de óleo foram despejadas na Baía

A movimentação anormal de um duto no sentido vertical, expondo a tubulação à corrosão, provocou um vazamento de 2.000 toneladas de óleo, segundo o sindicato, e de 600 toneladas, segundo a Petrobrás.

Por ocasião do acidente, a direção do Sindipetro Caxias procurou o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Federal, as Câmaras de Vereadores do Rio e de Caxias, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e a Câmara Federal. A essas instâncias entregou dossiês completos, formalizando a denúncia do vazamento, juntamente com outras relativas a contratos irregulares, desvio de material, erros gerenciais, dentre outras, constantes de dossiês anteriormente preparados pelos trabalhadores, nos anos anteriores (jornal Sindipetro, maio-junho 1997; jornal Sindipetro, janeiro 2000; entrevista do Sindipetro, em 22/2/2000).

Cena 12: Paralisação do Projeto APELL em meados de 1997

De acordo com relatório da coordenação do GERA, “alguns problemas estruturais persistiram. Cada vez mais a REDUC se queixava da ausência do poder público municipal e da falta de parceria das demais empresas do pólo (inclusive daquelas consideradas *de casa*, como a BR Distribuidora e a DTSE – Dutos e Terminais do Sudeste, empresa prestadora de serviços), o que a obrigava a arcar com todos os custos do projeto. Em meados de 1997 todo o processo é paralisado. A melhoria das ruas chamadas rotas de fuga, a sinalização das mesmas, a fixação dos adesivos de alerta em residências, o sistema de aviso e o simulado geral, previstos no APELL, continuaram no papel” (GERA, s.d.).

Cena 13: Explosão de um tanque de armazenamento de butadieno na Petroflex, vizinha à REDUC - março de 1998

Esse incidente, segundo a coordenação do GERA, expôs ao público a fragilidade da implantação do Projeto APELL. As informações sobre o que estava ocorrendo chegavam à população pela TV, e não pela estratégia de comunicação por rádio prevista. Teria exposto também a falta de articulação entre as empresas. Se o APELL é um plano específico da REDUC, coloca-se a pergunta: o que seria feito em caso de acidente na Petroflex?

Cena 14: Derramamento de 1,3 milhões de litros de óleo combustível na Baía de Guanabara em janeiro de 2000

Em 18/1/2000 ocorreu o vazamento de óleo no duto PE-II, um dos nove dutos que interligam a REDUC ao terminal da Ilha d'Água. O rompimento aconteceu devido à expansão e contração térmica. Segundo a Petrobrás, o duto havia sido inspecionado em 1998, em razão de um acidente nele ocorrido em 1997. O vazamento começou à uma hora da manhã e só foi percebido às 5 horas, porque os mecanismos de controle de fluxo do combustível bombeado também falharam (citam-se problemas relativos à transição nos sistemas de controle e erro de cálculo do nível dos tanques, cometido por um operador). Manguezais foram atingidos, e a atividade pesqueira na Baía de Guanabara teve de ser interrompida. A ação da FEEMA nesse episódio esteve seriamente limitada, pois a REDUC representa alta fonte de recursos para o Estado, e não se cogitou fechá-la, apesar de a empresa não estar em dia com suas obrigações para com a regulação ambiental. O vazamento não foi encarado com surpresa pelos técnicos deste órgão, já que os dutos que passam pela Baía de Guanabara encontravam-se sem licença de operação. “Se a lei de crimes ambientais fosse aplicada, as maiores empresas teriam que ir para a cadeia”, afirmou o presidente da FEEMA em palestra em abril de 2000 (Grael, 2000). A solução encontrada foi a assinatura de

um acordo de adequação de comportamento, em que a REDUC se comprometeu a adequar-se às leis ambientais vigentes. Este, porém, como os termos de compromisso, não tem força de lei.

Cena 15: Pescadores param o trânsito na rodovia Magé-Manilha, reclamando dos critérios de pagamento de indenizações por interrupção da pesca na Baía

Quinhentos pescadores da Colônia de Pesca foram cadastrados pela Petrobrás para recebimento de indenizações, de valores diferenciados, conforme a renda média de cada categoria de trabalhador¹. Em manifestação de rua, foi questionado o critério de confirmação das informações utilizado para o cadastramento dos atingidos. Entre os pescadores surgiram denúncias de que não só pescadores estavam se apresentando para o recebimento da compensação. Críticas aos procedimentos organizativos da Petrobrás também surgiram da Prefeitura de Magé. A população estava pondo em discussão não apenas quem tinha a condição de pescador, mas sim os critérios pelos quais se deveriam definir os diferentes tipos de impacto sofridos pela população. Três meses após o vazamento, a Petrobrás afirmava que a vida estava normalizada na Baía. No entanto, segundo os pescadores, embora a pesca estivesse liberada, ninguém se arriscava a comprar o pescado da Baía. Colocando o dedo na crise, representantes dos atingidos conclamavam: “a Petrobrás deveria comprar nosso peixe” (O Globo, 9/4/2000: 31).

Cena 16: Assinatura do novo Termo de Compromisso entre Petrobrás e Governo do Estado do Rio de Janeiro

Em 5 de janeiro, duas semanas antes do vazamento de óleo, o governo do Estado resolveu adiar a assinatura de um termo de compromisso com a Petrobrás, considerando-o insuficiente por não incluir, entre outras garantias, a realização de uma auditoria de padrão internacional nos dutos da REDUC, que já haviam sido objeto de vários acidentes. Após o acidente, em 25/4/2000 foi assinado um compromisso de ajustamento de conduta entre a Petrobrás e o Ministério Público Federal, sendo intervenientes a FEEMA, o IBAMA e a ANP. Neste, estabeleceram-se prazos para a entrega, pela Petrobrás, de um plano de inspeção consolidado e de um plano ambiental consolidado, assim como do relatório anual de auditoria interna e de um cronograma para a identificação de novos indicadores e parâmetros para a detecção de impactos ambientais.

Os discursos sobre os riscos enunciados pelos diversos atores sociais

Assinalaremos a seguir como os discursos enunciados em torno ao funcionamento da REDUC tendem a caracterizar os riscos como de origem especificamente técnica, gerencial ou política. Listaremos agora os arrazoados sobre risco segundo as distintas concepções e os atores da enunciação.

Caracterização do risco como de origem técnica

a. Risco derivado das atualizações técnicas do processo (concepção de “experts” e sindicatos de trabalhadores):

- Certos especialistas afirmam que o conhecimento técnico da engenharia industrial associa fortemente a idéia de risco aos episódios de ampliação da capacidade produtiva das refinarias. O Manual da REDUC de 1990 lista 60 mudanças ocorridas em unidades da refinaria no sentido do aumento da “capacidade efetiva de processamento”, que aconteceram entre 1961 e 1987. A esses aumentos da capacidade produtiva não teria havido uma correspondente adaptação dos sistemas de prevenção de acidentes industriais.
- Outros especialistas sustentam que as avaliações de risco são suscetíveis de mudança toda vez que uma nova unidade ou novos procedimentos operacionais são introduzidos. No caso da inserção de uma nova unidade de processo, o risco se evidencia não só pelas características da unidade que está sendo inserida, mas também pelas sinergias negativas que esse processo pode trazer. A integração dos riscos da unidade nova com os da preexistente tenderiam a gerar cenários não considerados.
- O Sindicato de Trabalhadores aponta que a precariedade dos equipamentos acaba por provocar um quadro tensão e de *insegurança operacional* em muitos setores da refinaria. Os trabalhadores afirmam não terem sido feitas transições tecnológicas adequadas ao longo dos últimos 40 anos, ocasionando riscos associados à falta de compatibilidade entre equipamentos novos e antigos.

b. Risco originado na densidade das atividades (concepção da agência reguladora estatal):

- Segundo o Projeto de Revisão do Macrozoneamento Industrial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – FEEMA/COPPETEC/IBAM –, de 1998, produzido no âmbito do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, das seis zonas industriais do município de Duque de Caxias, quatro estariam saturadas (dentre elas a área de REDUC) e duas, em vias de saturação. De acordo com a agência reguladora ambiental do Estado do Rio de Janeiro, a expansão da REDUC ou de novos empreendimentos em função da prevista

implantação do Pólo Gás-Químico na região da refinaria em uma área industrial classificada como “saturada” representaria, portanto, o surgimento de novos riscos, além dos já existentes.

c. Risco originado na contigüidade das atividades (concepção da agência reguladora estatal e de ONGs locais):

- De acordo com a FEEMA, agência reguladora do estado, a presença na região de diferentes empresas e plantas industriais que envolvem riscos pode criar uma dinâmica que caracteriza a necessidade de uma política geral de prevenção de acidentes. As possíveis interferências entre as empresas para o potencial de risco regional, embora ainda não estudadas, segundo a FEEMA, com certeza existem.

- Para o GERA, entidade ambientalista local, as informações sobre o acidente ocorrido na unidade vizinha, a Petroflex -cujo desenrolar durou cerca de 15 horas-, chegaram às comunidades pelo helicóptero da TV Globo, que sobrevoava o local e que, em certo momento insinuou que “as chamas poderão chegar à refinaria”. O pânico e a angústia teriam tomado conta das pessoas. No posto médico de Campos Elíseos -afirmam representantes do GERA- chegaram a ser feitos os primeiros preparativos para abandonar a unidade.

d. Risco causado por falhas de projeto (concepção de responsável da Secretaria de Estado de Meio Ambiente):

O Secretário do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro sustentou que o duto fora feito para estar em uma profundidade de um metro, não tendo sido bem analisadas as condições do solo em que estava sendo colocado. O acidente teria ocorrido, segundo ele, justamente porque a variação do solo e a variação de temperatura provocaram a criação de uma espécie de âncora em um determinado trecho do duto, ocasionando uma fissura. A primeira falha teria sido, portanto, de projeto.

Caracterização do risco como de origem gerencial

Risco derivado da mudança de gerentes empresariais responsáveis pelas ações preventivas (concepção do Sindicato de Trabalhadores):

- Segundo lideranças sindicais, “depois da saída do grupo do Superintendente Luiz César entrou uma nova visão de empresa que veio derrubando tudo”. Ao processo de reestruturação da refinaria e troca de superintendente teria se somado o descaso das demais empresas do pólo, bem como do poder público municipal e estadual, com os projetos de resposta a emergências. O discurso da superintendência modificou-se sob a alegação de que “a dívida social deve ser cobrada dos governos, que recebem os impostos pagos”.

Caracterização do risco como de origem política

a. Risco derivado da ausência de licenciamento ambiental (concepção da agência reguladora estatal):

- Segundo a agência reguladora do estado, para efeito de licenciamento de novos empreendimentos previstos para a região de Duque de Caxias pela FEEMA, apenas a empresa Rio Polímeros apresentou projeto, estudo e relatório de impacto, tendo realizado audiência pública e obtido licença prévia para o desenvolvimento do projeto.
- Para a FEEMA, por outro lado, a REDUC não estava cumprindo a lei de auditoria ambiental e não possuía licença ambiental nem de instalação. Os dutos que passam pela Baía de Guanabara encontravam-se sem licença de operação quando do vazamento ocorrido em janeiro de 2000. Segundo o presidente da FEEMA, em palestra realizada em abril daquele ano, “se a lei de crimes ambientais fosse aplicada, as maiores empresas teriam que ir para a cadeia”.

b. Risco originado na ausência de fiscalização ambiental (concepção da agência reguladora estatal, do Sindicato de Trabalhadores, de ONG local e deputado ambientalista):

- Para a FEEMA, embora a REDUC tenha assinado no ano de 1987 um termo de compromisso com 27 itens de controle ambiental, não houve um balanço periódico entre empresa, sociedade e órgão de controle ambiental do que foi efetivamente realizado, do que vem sendo gasto ou dos impactos e melhorias resultantes para o meio ambiente.
- O cadastro da FEEMA de consumo de recursos ambientais tem como parâmetro apenas o consumo de água em relação à área ocupada; não inclui o consumo de energia, as emissões e a carga poluidora, o que tende a mascarar o potencial poluidor das empresas da área, que acabam sendo bem classificadas. A REDUC, por exemplo, embora seja reconhecidamente uma empresa altamente poluidora, é classificada como “indústria de baixo potencial poluidor”.
- Para o Sindicato de Trabalhadores, o Pólo Petroquímico de Caxias se caracteriza pelo potencial poluente e tóxico da indústria petroquímica: há muitos efluentes líquidos e gasosos que prejudicam a saúde do trabalhador nessa indústria. As substâncias aromáticas ficam expostas à atmosfera, e o descarte de água contaminada com resíduo desses produtos é feito na Baía de Guanabara. Segundo sindicalistas, dentro do parque industrial, parte desses efluentes líquidos é transportada por canaletas a céu aberto, propiciando a volatilização.
- Para um deputado estadual ligado a causas ambientais, a realização regular de auditorias ambientais teria evidenciado que a REDUC não possuía à época do acidente sistema de desligamento automático de bombeamento de óleo.

- Lideranças sindicais afirmaram que as empresas normalmente ocultam os fatos, fazendo as queimas à noite ou nos fins de semana. Assim, na segunda-feira, não há praticamente resíduos ou rejeitos a serem pesquisados e fiscalizados. Sabendo da inexistência de fiscalização nesses horários, aproveita-se para realizar esses descartes, sendo jogadas toneladas de substâncias orgânicas nos manguezais. Uma camada de terra seria colocada sobre esse lixão; as substâncias deterioradas seriam enterradas no manguezal, principalmente em tambores. Muitos efluentes sólidos iriam para o lixão de Gramacho camuflados junto com papel. Aparentemente seriam resíduos inofensivos, mas embaixo haveria resíduos industriais.

- De acordo com uma entidade ambientalista local, uma funcionária do posto de saúde em Xerém observou que ali são realizadas proporcionalmente mais nebulizações por mês do que em qualquer outro posto no município do Rio de Janeiro. Afirmou também que o maior temor da população era o de haver um grande vazamento de gás como o que ocorrera na Bayer, em 1992. Segundo ela, a evidência de que a empresa reconhece esse risco é dada pela existência de uma estação de medição da qualidade do ar na área próxima à refinaria nunca acionada.

- A mesma entidade ambientalista registrou que a refinaria passou mais de um ano jogando gás sulfídrico na atmosfera, gerando chuva ácida, sem que nenhuma providência fosse tomada.

c. Risco derivado da flexibilização da legislação (concepção do Sindicato de Trabalhadores):

- Para os sindicatos, as relações de trabalho e a preocupação com a saúde do trabalhador foram comprometidas após a privatização da Petroflex. Teria havido um aumento brutal de terceirização, queda na qualidade da mão-de-obra e, em função disso, acidentes agudos, inclusive ambientais, como incêndios e vazamentos verificados com mais frequência em função da queda da qualidade da mão-de-obra, falta de reposição de equipamentos e de investimentos em manutenção.

- Segundo os representantes sindicais, a maioria dos trabalhadores terceirizados é destinada a desenvolver atividades de apoio, e boa parte deles está submetida às atividades de maior risco para saúde: manutenção, limpeza dos equipamentos de produção e trabalho com os rejeitos industriais, limpando e manuseando produtos tóxicos.

d. Risco associado à falta de democratização das informações técnicas (concepção de associação profissional de representação de engenheiros):

Para o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio de Janeiro, não foi garantida pela Petrobrás a participação dos trabalhadores por meio de suas

legítimas representações na Comissão de Sindicância formada pela empresa para investigar o acidente de 18/1/2000. A Petrobrás deveria reavaliar, segundo o CREA-RJ, sua política de informação quanto à segurança no trabalho e meio ambiente, além de garantir transparência, permanente e de fato, tanto para os trabalhadores como para a sociedade.

e. Risco associado a métodos impróprios de investigação de acidentes (concepção de associação de representação profissional de engenheiros)

Ainda para o CREA-RJ, “caberia à Petrobrás reavaliar sua política de utilização dos conceitos de ‘falha humana’ e ‘ato inseguro’ na investigação e acidentes, passando a aplicar as técnicas atuais de análise de riscos pelo método da Árvore de Falhas”. “A Petrobrás”, “continuam os representantes do CREA-RJ, deveria reconsiderar a suspensão aplicada ao operador do DTSE, isentando-o, para todos os efeitos legais, funcionais e administrativos, da culpabilidade pelo vazamento ocorrido, tendo em vista a análise do relato por ele prestado à Comissão do CREA-RJ” (CREA-RJ/SURGENTE, 2000:3-4).

f. Risco originado da falha do plano de emergência (concepção de responsável da Secretaria Estadual de Meio Ambiente)

Para o Secretário Estadual de Meio Ambiente, a pior falha foi a de gestão – a falha em verificar rapidamente o acidente e dar início a medidas para contê-lo. O acidente aconteceu à uma hora da manhã e a falha de gestão fez com que ele só fosse constatado por volta de 5h30min. Além disso, a Petrobrás estaria extremamente despreparada para reagir ao acidente. No terceiro dia após o ocorrido, havia apenas 300m de barreiras de contenção. Se as respostas fossem rápidas e se os instrumentos estivessem ali, afirmou o Secretário, o acidente poderia ter sido contido em uma área pequena. Isso colocou em evidência a percepção de que o plano de emergência para a Baía de Guanabara estava mal dimensionado e só funcionaria em casos de pequenos acidentes. Quando a Secretaria de Meio Ambiente interrogou a Petrobrás quanto ao restante do equipamento necessário, esta respondeu que, por tê-lo utilizado no acidente precedente, ele havia sido gasto. No que concerne ao plano de emergência, também prevaleceu a percepção de que a FEEMA teria falhado por falta de estrutura.

As estratégias argumentativas dos atores sociais

O vazamento de óleo ocorrido em janeiro de 2000 deu lugar, portanto, a intervenções variadas por parte dos diferentes atores presentes no debate público.

A *Petrobrás* adotou duas estratégias articuladas:

1. Contra as acusações de irresponsabilidade, afirmou a “transparência” e a “coragem” da empresa em aceitar sua responsabilidade em prestar contas à

população. “O principal é a recuperação da imagem da Petrobrás frente à sociedade”-, afirmava-se em um vídeo institucional veiculado na TV. Para tanto foi invocado o imaginário relativo ao passado da empresa, como símbolo de conquistas na luta pela autonomia energética do país. A idéia de que a empresa é um patrimônio nacional foi evocada para justificar a necessidade de “preservá-la” de qualquer ataque que pudesse ferir sua imagem. Como em uma narrativa mítica, a estratégia argumentativa da empresa baseou-se na ética da honra e da responsabilidade. A empresa denominou o desastre ambiental de “desafio” e buscou honrar seu nome: “A Petrobrás não tem desculpas. Tem um compromisso” (cf. anúncio na grande imprensa, em 21/1/2000). “APetrobrás tem a obrigação de prestar contas a você” (cf. anúncio na grande imprensa, em 27/1/2000). “A Petrobrás não se esquivou em momento algum da sua responsabilidade”; “Não vamos deixar essa mancha na nossa história”. “É hora de coragem, transparência e determinação” (cf. vídeo institucional da Petrobrás).

2. Por outro lado, contra as acusações de incompetência, a empresa apresentou as críticas como danosas a um símbolo de eficiência e produtividade, características expressas em certificados internacionais de qualidade técnica e ambiental, assim como em números impressionantes que pretendem traduzir a envergadura de seus empreendimentos e a *qualidade total* de suas práticas. Desse modo, contra as acusações de negligência, descaso e incompetência, invocaram-se as pretensas evidências de sua excelência².

Conjugando essas duas matrizes de significado, a empresa procurou dar respostas rápidas à expectativa que ela criou na opinião pública, através da cobrança que faz a si mesma de “prestar contas à sociedade”. Desse modo, por meio de uma reação espetacular ao desastre, integralmente acompanhada e devidamente divulgada pela grande mídia, e traduzindo seus esforços em números que colocam lado a lado bóias utilizadas, aves resgatadas e pescadores indenizados, a empresa procurou reafirmar seus dons de responsabilidade e eficiência frente a um público que se queria apaziguar.

As *ONGs* dividiram-se em dois tipos de discurso. O primeiro criticava a disparidade de esforços correntemente despendidos, que privilegiavam as tecnologias da eficiência em detrimento das práticas de redução e prevenção dos riscos. Questionava-se assim a “investida dual” da empresa, ou seja, o financiamento de muitos projetos ambientais, mas a não solução de seus problemas internos (ou, no dizer de um ambientalista: “tem a maior tecnologia em águas profundas, mas não sabe tomar conta de um duto”). Um segundo tipo de discurso, próprio a um “ecologismo de resultados”, tendia a avalizar as iniciativas de recuperação da imagem da empresa, sob a condição do cumprimento de metas sociais e ambientais, assim como da destinação de recursos para compensar danos. O aval de um certo número de *ONGs* traduziu-se, no caso, em um acordo de sete pontos firmado entre as *ONGs* ambientalistas

e a Petrobrás, em que esta se comprometeu a cumprir uma série de metas socioambientais. Além disso, a articulação com a Petrobrás também se traduziu na transferência de recursos da empresa para “projetos de desenvolvimento” para as regiões/populações atingidas, a serem geridos pelas ONGs. Porém, permanecem acesas, para um certo número de entidades, as dúvidas quanto ao real compromisso da empresa com a implementação de uma participação social efetiva e democrática.

Os *pescadores*, como categoria pouco organizada (apenas 10% têm registro profissional; os outros são chamados “pescadores artesanais”), viram-se subordinados à estratégia de compensação e “marketing” da empresa. Como dependem da condição ambiental da Baía para seu sustento básico diário, foram atingidos diretamente com o acidente e reivindicaram prioridade no tratamento de sua situação. Não dispoñdo de um movimento organizado, viram-se mais suscetíveis a um envolvimento por parte da empresa, de políticos e lideranças locais, que procuraram acumular forças a partir da situação precária deste grupo social. Se em um primeiro momento, o da “*reação espetacular*”, foram considerados prioridade máxima e receberam indenizações por dois meses consecutivos, foram em seguida totalmente abandonados pela empresa com o argumento de que o IBAMA já teria liberado a pesca, embora a própria Petrobrás tenha admitido que a situação do meio ambiente na Baía só iria se normalizar ao longo de dois anos e que ainda havia divergências entre o órgão ambiental federal e o estadual quanto à pertinência da liberação do consumo do pescado da Baía. Assim, no auge da visibilidade pública do vazamento, os pescadores viram-se envolvidos no esforço de legitimação dos critérios de caracterização dos candidatos a receber indenizações. Na baixa conjuntural dessa visibilidade, tiveram de investir no debate sobre a propriedade/impropriedade das condições de pesca, sugerindo, por exemplo, que a empresa, se de fato considerava normalizadas as condições, deveria comprar o pescado, em lugar de pagar indenizações (O Globo, 9/4/2000).

O Sindicato dos Petroleiros de Caxias procurou argüir que a defesa do “patrimônio nacional” representado pela Petrobrás não implica o encobrimento das irregularidades existentes, mas, antes, sua correção. Por ser estatal, acreditam os sindicalistas, a empresa deveria ter maior responsabilidade social -“a Petrobrás é do povo”. Nesse sentido, consideram inaceitável o seu lucro com o risco, produzindo acidentes que atingem trabalhadores, dentro ou fora da empresa. Além disso, denunciam corrupção interna na empresa, a estratégia dita de “esquartejamento”, adotada pelo governo federal, bem como a terceirização de tarefas administrativas e “quaternarização” das tarefas, que provoca um agravamento considerável dos riscos.

A ação da *FEEMA* nesse episódio esteve seriamente limitada, pois a REDUC representa importante fonte de recursos para o Estado e não se pode cogitar

fechá-la, apesar de a empresa não estar em dia com suas obrigações para com a regulação ambiental. O vazamento não foi encarado com surpresa pelos técnicos desse órgão, já que os dutos que passam pela Baía de Guanabara encontravam-se sem licença de operação. A solução encontrada foi a assinatura de um compromisso de ajustamento de conduta, em que a REDUC se comprometeu a adequar-se às regras ambientais vigentes. A agência governamental esforçou-se assim por conciliar a permanência da atividade econômica com a promoção de ajustes graduais das práticas produtivas às normas legais. Recorrendo-se aos termos de ajustamento de conduta, evita-se a interrupção das atividades e, conseqüentemente, do fluxo de arrecadação de tributos.

Do lado dos *produtores de risco*, portanto, vimos que a preocupação central esteve dirigida aos efeitos dos acidentes: procurou-se investir na preservação da imagem da empresa, na defesa de seu prestígio gerencial, de modo a assegurar os mercados, bem como na limitação do pânico correntemente desencadeado em situações de emergência. Do lado das *populações passíveis de serem atingidas*, revelou-se frágil a capacidade de assegurar medidas de prevenção dos riscos, pelos níveis insuficientes de organização, notadamente pela ausência de articulação entre sindicatos, organização de moradores, ONGs, entidades ambientalistas e associações de pescadores na defesa de um ambiente que lhes é efetivamente comum como espaço de trabalho e moradia. Só uma articulação como esta poderia engajar uma luta capaz de transformar os planos de ação para situações de emergência em processos de controle participativo dos riscos.

Conclusões

Pode-se observar que, à exceção das conjunturas marcadas por “acidentes ambientais”, a empresa envolvida no episódio aqui estudado tendeu a se empenhar com mais sucesso em “ultrapassar os muros da fábrica” ao encontro da sociedade circundante, buscando desenvolver laços de lealdade com a vizinhança, dissolver conflitos e realizar uma disciplinarização mais efetiva -e ampliada para os moradores do entorno- da sua força de trabalho. A cooptação, pela oferta de serviços básicos insuficientemente fornecidos pelo poder público, e a repartição simbólica das responsabilidades pelo risco, por meio de programas de prevenção do pânico em caso de acidentes, exprime, por certo, a preferência empresarial pela manutenção do monopólio sobre a informação técnica.

Ao contrário, portanto, do que supõe Beck, entre os fatos portadores da potência destrutiva das técnicas e a ação social em torno aos riscos há um complexo processo de luta simbólica que penetra as condições de produção, interpretação e difusão das informações. Estratégias discursivas e ações políticas desenham concretamente a cena histórica em que se definem as condições de distribuição de poder sobre as técnicas.

A democratização do controle sobre os riscos apresenta-se, assim, sob uma dupla face. A primeira é a da luta simbólica pela socialização do processo de produção, discussão e interpretação das informações sobre os processos técnicos. A segunda é a da luta “prática” pela desmontagem das armadilhas do desemprego e das carências de serviços públicos que favorecem a desmobilização de atores sindicais e não-sindicais no enfrentamento da concentração do poder sobre os processos técnicos.

Se reificarmos as técnicas, considerando que o risco resulta da apreensão cognitiva do fato técnico, estaremos deixando de considerar o papel das lutas simbólicas e das estratégicas discursivas, fatores que, como demonstra a análise do caso do vazamento de óleo da Refinaria Duque de Caxias aqui estudado, se revelam decisivos no processo de organização da sociedade para a democratização efetiva do poder sobre as técnicas.

Bibliografía

- Acsehrad, H., 2000 “Justiça Ambiental - novas articulações entre meio ambiente e democracia”, in IBASE/CUT/IPPUR *Movimento Sindical e Defesa do Meio Ambiente, Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro) série Sindicalismo e Meio Ambiente N° 3, 7-12.
- Beck, U. 1992 “From Industrial to Risk Society: questions of survival, social structure and ecological enlightenment”, in *Theory* (Culture & Society 9:97-123, London).
- Beck, U. 1994 *Ecological Enlightenment* (New York: Humanities).
- Beck, U. 1995 *Ecological Politics in an Age of Risk* (Cambridge: Polity).
- Blowers, A. 1997 “Environmental Policy: Ecological Modernization or the Risk Society”, in *Urban Studies* Vol. 34, N° 5-6, 845-871.
- Bredariol, C. S., O s/d *Pólo Gás Químico de Duque de Caxias: um ambiente sem qualidade nem controle* (Rio de Janeiro) Mimeo.
- Bulhões, Felix 2000 “Em respeito à Petrobrás”, in *O Globo* (Rio de Janeiro) 9 de febrero.
- CREA/RJ-SURGENTE 2000 Informativo do Sindipetro-RJ, (Rio de Janeiro) 6 de octubre, 4p.
- Douglas, M. & A. Wildarski 1982 *Risk and Culture: an essay on the selection of technical and environmental dangers* (Berkeley: University of California Press).
- Fabiani, J. L. & J. Theys (editores) 1987 *La Société Vulnérable - évaluer et maîtriser les risques* (Paris: Presses de l'École Normale Supérieure).
- Grael, A. 2000 palestra realizada no curso *Cidades do Século XXI* (Rio de Janeiro: International Honors Program/IPPUR/Roda Viva) Abril.
- Grupo de Estudo, Educação e Recuperação Ambiental - GERA s.d. *O Processo APELL* (Rio de Janeiro) Mimeo.
- Hajer, M. 1995 *Politics of Environmental Discourse: Ecological Modernization and the Policy Process* (Oxford).
- Herculano, S.; M. F. S. Porto & C. M. Freitas (organizadores) 2000 *Qualidade de Vida & Riscos Ambientais* (Niterói: EdUFF).
- Lopez, C. S. & J. S. Alhama 1998 *Medio Ambiente y Sociedad - de la metáfora organicista a la preservación ecológica* (Granada: Ecorama).
- Petrobrás sd. *Recuperação da Baía de Guanabara: nosso compromisso* (Rio de Janeiro) 7.

Souza Jr., M. D. 1996 *Auditoria e Treinamento para Planejamento de Emergências em Refinarias de Petróleo* (Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ) Tese de Doutorado.

Wynne, B. 1996 "May the Sheep Safely Graze? A reflexive view of the Expert-lay Knowledge Divide", in Lash, S.; B. Szerszynski & B. Wynne (editores) *Risk, Environment and Modernity* (London: Sage Publications).

Notas

1 Em folheto publicitário, a Petrobrás afirmou ter distribuído 8.234 cestas básicas e cadastrado 12.240 moradores para receber assistência (Petrobrás, s.d.: 7).

2 Um representante do Conselho Empresarial do Desenvolvimento Sustentável afirmou na imprensa: "Pode-se acusar uma empresa que ostenta 15 certificados internacionais de qualidade ambiental de agir com indiferença ou negligência, descaso ou incompetência em relação ao controle do meio ambiente? A Petrobrás é uma das empresas do mundo que mais possuem certificados ISO 14001 conferidos dentro dos mais rigorosos critérios do gênero em âmbito internacional" (Bulhões, 2000).

